

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A POPULAÇÃO TRANSEXUAL

Bárbara Stefanie Meira Romani Martins⁽¹⁾; Jacqueline Sardela Covos⁽²⁾;
Janaina Daniel Ouchi⁽²⁾; Rodrigo Boscarior⁽³⁾

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade e objetivo retratar a assistência de enfermagem a população transexual em todos os seus contextos, quais são as maiores dificuldades e preconceitos presentes no âmbito da assistência proposta em saúde para os transexuais. São expostos os obstáculos e a dura realidade acerca da enfermagem, que em sua grande maioria não está apta e pronta para o atendimento correto aos transexuais, assim como, a percepção do público com padrões que certamente são vistos como "correto" e absoluto por uma parte da sociedade. Posto isso; é apresentado à importância da informação e conscientização sobre a diversidade, e o quão significativo são esses atendimentos realizados de modo consciente em prol da equidade e qualidade na vida destes indivíduos.

Palavras-chave: Transexualidade, Gênero, Assistência de Enfermagem.

Metodologia

O procedimento metodológico foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, e outras fontes como cartilhas, manuais da saúde, o tempo estabelecido para esta pesquisa foi entre os anos de 2012 a 2022.

- 1- Bacharel em Enfermagem- Faculdade Anhanguera de Sorocaba, SP
- 2- Coorientadores- Ms Docentes na Faculdade Anhanguera de Sorocaba, SP
- 3- Coorientadores- Dr. Docentes na Faculdade Anhanguera de Sorocaba, SP

Introdução

Os profissionais de enfermagem são referência em atendimento, ou seja, vai desde o primeiro ao último atendimento para todos aqueles que buscam por um serviço de saúde, mantendo sempre um contato direto para com o cliente. Sendo assim; devem estar qualificados para todo e qualquer tipo de atendimento à população e toda sua abrangência.

A população transexual requer de um atendimento específico de saúde com qualidade e equidade, e para isso; precisam de profissionais capacitados para atender a demanda de suas necessidades, sejam elas básicas e comuns ou de níveis avançados. Os seres humanos são formados e compostos por inúmeros

fatores, como o sexo designado ao nascimento; identidade de gênero; orientação sexual; religião; cultura e etnia.

Embora leis e direitos tenham sido elaborados para assegurar o acesso à saúde de toda população transexual, é possível perceber que ao se tratar da questão de saúde de pessoas transexuais, o assunto é pouco falado, entretanto; extremamente repercutido pelos profissionais de saúde e por àqueles que dependem destes serviços, sendo de fato, um enorme problema para a saúde física, mental e social desta população, e torna-se conseqüentemente um caminho contra a ética profissional de enfermagem.

A enfermagem é uma potência, e em sua grande maioria está sempre na linha de frente de quaisquer situações dentro dos serviços de saúde, com isso; é passível de entendimento que, essa potência precisa estar envolvida e capacitada inteiramente nos cuidados a serem realizados; nos questionamentos e dúvidas expostas pelos usuários, prezando minimizar os problemas e dificuldades já instaladas ou o desenvolvimento de mais um possível fator negativo, advindo posteriormente de um atendimento mal feito e elaborado que poderia ser facilmente evitado.

Referencial teórico

- **A transexualidade**

Conforme Salum (2018), cisgênero é o termo utilizado para classificar os indivíduos que se identificam com o sexo atribuído no nascimento e em contrapartida; transgênero ou transexual é utilizado para definir a classe de indivíduos que não se identificam com o sexo biológico e as demandas impostas em cima deste.

A identidade de gênero está relacionada como a pessoa se identifica, independentemente do sexo atribuído ao nascimento. Os transexuais são pessoas que nascem com o sexo biológico, entretanto; não se identificam com o mesmo. Em alguns casos, para se aperfeiçoar àquilo que se identifica, optam por cirurgias ou hormonioterapia. (SAMPAIO e COELHO, 2012)

De acordo com Mattos e Cidade (2016); O termo "transexual" foi criado em 1953, pelo médico endocrinologista e sexólogo Harry Benjamin através de seus estudos, designando assim; o termo utilizado em dias atuais, para definir os indivíduos que não se identificam e assemelham-se ao sexo de origem do nascimento.

O sexo está direcionado ao biológico, ao conjunto e junção dos cromossomos existentes de dois sexos opostos; formando um novo indivíduo, com a presença da genitália masculina ou feminina. O

gênero é vinculado ao cultural, é a autopercepção de si, de como o ser humano pode e deve se identificar, de acordo com seus ideais, independente do sexo biologicamente atribuído.

Durante muito tempo o sexo biológico esteve diretamente ligado à identidade de gênero, de modo que, àqueles que nasciam com o sexo masculino ou feminino, conseqüentemente teriam que exercer os devidos comportamentos, habilidades e toda carga imposta em cima do relacionado gênero, sendo ele masculino ou feminino.

Em dias atuais, a sociedade criou-se maior autonomia, quebrando os padrões e cargas impostas pela mesma, sendo assim; qualquer indivíduo tem a capacidade de decisão e direito de liberdade de escolha, para viver como deseja, acolhendo ou não os padrões advindos do seu sexo, sendo na identidade de gênero, orientação sexual e outros.

Segundo Sena, Sousa e Brito (2018) a orientação sexual está relacionada em, como o indivíduo se sente em relação a outros corpos, seja por atração emocional afetiva ou sexual. Heterossexualidade é a pessoa que se sente atraída pelo sexo ou gênero oposto, e homossexualidade é o indivíduo que tem atração por pessoas do mesmo sexo/gênero. Já a Bissexualidade, é o conceito utilizado para designar as pessoas que não se sentem atraídas por apenas um sexo ou gênero exclusivo, mas sim, por ambos. Portanto a identidade de gênero não está vinculada com a orientação sexual.

O transexual é a pessoa que não se identifica com o sexo biológico, atribuído no nascimento. Logo, as mulheres trans e homens trans; podem ou não sentir a necessidade de se adequar e aperfeiçoar ainda mais sua escolha, realizando então; os tratamentos hormonais de acordo com a sua necessidade exposta, ou intervenções cirúrgicas. Essas etapas são conhecidas por "processo transexualizador".

Processo transexualizador - Processo pelo qual a pessoa transgênero passa, de forma geral, para que seu corpo adquira características físicas do gênero com o qual se identifica. Pode ou não incluir tratamento hormonal, procedimentos cirúrgicos variados (como mastectomia, para homens transexuais) e cirurgia de redesignação genital/sexual ou de transgenitalização. (SENA; SOUSA; BRITO, 2018, p. 16)

- **Atendimento à população transexual no Sistema de Saúde**

No Brasil, existem duas opções para cuidados com a saúde, sendo eles: os Planos de Saúde e o Sistema Único de Saúde- SUS, ambos devem estar aptos para atender quaisquer demandas e necessidades de saúde expostas pela sociedade, estando sempre à frente dos problemas, dúvidas e particularidades que podem adentrar estes sistemas, seja ele gratuito ou pago.

O Plano de Saúde trata-se de um serviço com atendimento particular, com redes de acesso credenciada, e pode ser obtido de duas maneiras: mediante a um valor pago mensalmente pelo consumidor

“escolha própria”, ou sendo colaborador de uma empresa que forneça o benefício de uma cobertura de Plano de Saúde.

O Sistema Único de Saúde- SUS, é a organização que promove assistência de saúde à população de maneira gratuita, visa atender as demandas e necessidades de toda população, sem exceção, sendo que, o SUS trabalha com princípios Doutrinários, como: equidade, universalidade e integralidade.

A equidade é vista como uma causa justa, onde reconhece o direito e necessidade de cada indivíduo, a universalidade diz que todos os brasileiros têm direito aos serviços de saúde e a integralidade é, à disposição de toda rede de saúde para população, ou seja, do serviço mais básico ao avançado, enxergando cada pessoa com sua particularidade.

O Sistema Único de Saúde (SIJS) prevê uma nova atenção à saúde a partir da concepção que não compreende a saúde apenas como a ausência de doença, mas parte do entendimento e qualidade de vida. A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) é marco inicial para criação deste SUS em que um de seus artigos preceitua que a saúde é um direito de todos e dever do Estado. No SUS, as ações de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada segundo a complexidade de atenção, baseada nos princípios da universalidade, integridade e equidade. Este Sistema propõe uma mudança profunda no modelo de planejar, organizar e gerir as ações e serviços de saúde. O princípio de integralidade se assenta na compreensão de que as pessoas têm o direito de serem atendidas no conjunto de suas necessidades, e que os serviços de saúde devem estar organizados de modo a oferecer todas as ações requeridas por essa atenção integral. Dessa forma, o SUS deve desenvolver ações sobre o ambiente e sobre a pessoa destinados à promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como à reabilitação. (ALMEIDA, 2013, p. 1)

- **A distribuição dos serviços transexualizadores**

As Unidades Básicas de Saúde – UBS, são a porta de entrada ao Sistema único de Saúde- SUS, sendo este o local que fornece serviços de atendimentos básicos a saúde, como: consultas de rotina, tratamento de doenças, tratamento odontológico, fornecimento de medicação, acompanhamento médico, vacinação, e também existe, os encaminhamentos a serviços especializados, sendo este solicitado quando o profissional de saúde julga necessário a necessidade do cliente.

O processo transexualizador, é um dos serviços especializados destinados à população transexual, sendo que os profissionais que atuam nas Unidades Básicas de Saúde, devem estar capacitados e treinados para realizar toda distribuição geográfica destes indivíduos para os serviços do processo transexualizador.

O processo transexualizador foi implantado no ano de 2008 pelo SUS, sendo este regulamentado pela portaria GM/MS n.º 2.803 em 19 de novembro de 2013. Esta portaria visa, orientar uma assistência humanizada e qualificada aos transexuais e travestis, ou seja, descreve quais são responsabilidades e obrigatoriedades de toda a equipe multidisciplinar para fornecer um atendimento e cuidado integral, que preserve o respeito e as particularidades de cada um, sem qualquer tipo de discriminação ou preconceito.

Homens e mulheres transexuais fazem o uso indiscriminado de hormonioterapia para a desejada transição de gênero, entretanto essa automedicação independente, sem orientações corretas e acompanhamento especializado, acarreta um alto risco a saúde.

Segundo Regino e Silva (2022) os serviços disponíveis para o processo transexualizador devem estar prontos e qualificados para atender toda demanda deste processo, atendendo todas e quaisquer necessidades, fornecendo um atendimento somático positivo, não dando espaço para tentativas de atos inconsequentes que possivelmente podem ser falhas, com ações que causem danos a vida dessas pessoas trans.

Por outro lado, temos os indivíduos que, sendo transexuais, e assim se reconhecendo, optam por não realizar a cirurgia de redesignação, trazendo como justificativa uma série de fatores que podem ser relacionados à saúde, situação familiar, ou mesmo a razões pessoais, e que, igualmente, possuem o direito de ser feliz e não podem ser discriminados pela sociedade em razão de sua condição pessoal. (STIURZA; SCHORR, 2015, p. 14)

- **Transfobia nos serviços de saúde**

LGBTQIA+fobia, é o sinônimo utilizado para indicar a falta de tolerância, aversão e discriminação ao grupo e movimento LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo e assexuais), sendo assim, configura-se uma violação dos direitos humanos. A pessoa participativa deste movimento pode sentir medo e insegurança de vivenciar tais fatos, por consequência; evitar certos locais, e as unidades de saúde estão inclusas neste. (CIASCA, HERCOWITZ e JUNIOR 2021)

De acordo com Rabêlo; Conserva (2020), a transfobia é a aversão, rejeição, discriminação contra pessoas transexuais e transgêneros, e pode ser transferida e depositada nestes indivíduos com raiva, hostilidade, atitudes e violências física, moral e psicológica, e com isso, a vítima do fato pode desenvolver traumas internos ou externos que podem resultar em homicídio e suicídio.

A transfobia é um grande problema expressado e vivenciado em serviços de saúde por este grupo social, desde o primeiro acolhimento realizado. A sociedade é cruel e carrega consigo particularidades e preconceitos que são transportados para aqueles que se diferenciam de suas ideias pré-concebidas.

Os profissionais que atuam em unidades de saúde, tem como dever acolher e orientar, minimizando danos relacionados a ações transfóbicas, mais observa que os problemas são instalados na vida desta população, por culpa da intolerância e falta de conhecimento da população.

Conforme o reconhecimento das necessidades e violações vividas por esta população, o Ministério da Saúde criou a Política Nacional de Saúde Integral LGBT.

Segundo BRASIL (2013), a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, tem o intuito de promover e orientar o acesso integral com base na equidade, sem discriminação e preconceito, contribuindo com a redução da desigualdade desta diversidade.

Ainda que muitas conquistas tenham sido alcançadas quanto à criação de políticas públicas de saúde para população LGBT e que sua visibilidade tenha ampliado, a inserção dessas temáticas nos periódicos da área da Saúde Coletiva tem sido pouco expressiva. (BEZARRA; *et al*, 2019, p 16)

Por um modelo de saúde implantado e voltado para a heteronormatividade, e pela falta de desmistificação, essa população sofre as consequências. A escassez de conhecimentos sobre a diversificação de possibilidades sociais existentes faz com que, desde o primeiro atendimento, esse grupo em questão, capte essa incapacidade de um atendimento completo dentro do sistema de saúde, e com isso; se desenvolva uma barreira na 'Vida deste indivíduo.

Em suma, as políticas públicas surgem na intenção de resguardar e proteger a integridade física, moral, mental e identitária da população LGBT, mas cabe ao Estado adotar todos os instrumentos necessários para que se assegure a estes indivíduos, historicamente marginalizados, o pleno acesso e proteção ao direito fundamental à saúde. (BEZERRA *et al*, 2019, p. 12)

Vale lembrar que os transexuais que realizam o processo transexualizador, optam na maioria das vezes pela etapa de retificação de nome e gênero na certidão de nascimento e casamento, procedimento esse que permite a alteração dos dados para qual o indivíduo se identifica, excluindo então; os dados obtidos e fornecidos após o nascimento. Por inúmeros fatores, essa retificação pode não ter sido realizada, e com isso, os mesmos podem utilizar do "nome social", criado para dar autonomia a população transexual, e o poder aquisitivo de utilizar do nome que lhe agrada e se enquadra com sua identidade de gênero.

Quando os profissionais de saúde, em especial a enfermagem entender sobre a importância e responsabilidade em cumprir com direito de o cliente ser chamado pelo nome que ele se identifica, os resultados passam a ser significativos, e a assistência anda para um caminho de progressão positiva.

A ausência dessa percepção pode redundar em uma ambiência conflituosa entre os atores envolvidos, na qual minorias como a população LGBTQIA+ muitas vezes, encontram-se ou se percebem em um ambiente desrespeitoso e hostil no qual lhes são negados direitos básicos como, por exemplo, respeito ao nome social. (GOMES *et al*, 2021, p. 3)

De acordo com Silva *et al*. (2017), a adoção do nome social, é essencial para barrar os possíveis bloqueios advindos de um atendimento mal realizado, ao reconhecer um indivíduo como deseja ser identificado. Para que essa ação seja bem vista e tenha bons resultados na vida desta população, a dependência é voltada para os profissionais de saúde, que precisam praticar esse processo de maneira eficiente, consciente, sem discriminação, praticando o acolhimento de modo integro e particular.

O desrespeito ao nome social, bem como os processos discriminatórios presentes no cotidiano dos serviços de saúde devem ser analisados como violação ética diante de seus esforços em perseverar na existência, na medida em que produzem sofrimento, além de contribuir com sérios processos de adoecimento dessa população. Nessa direção, consolidam-se como importante barreira à universalidade do acesso à saúde para a população trans brasileira. (ROCON *et al*, 2019, p. 6)

Os pacientes que são internados em ambientes de saúde com seus diversos motivos, e usufruem de acomodação coletiva em quartos compartilhados, com um ou mais pacientes, devem ser divididos conforme seu gênero, evitando assim; o constrangimento e desconforto destes usuários.

Sendo assim, pacientes transexuais precisam ser divididos conforme sua identidade de gênero desejada, como os demais. Esta é considerada mais uma das dificuldades enfrentadas por essa população, uma vez que, os direitos não devem ser igualitários, mas sim; mantidos pela equidade, dando ao indivíduo aquilo que precisa, conforme suas necessidades e ideais.

E para que isso funcione da melhor maneira, a confidencialidade, informações e dados pessoais devem ser mantidos em sigilo total, daqueles que habitam o mesmo quarto ou outros. Sendo assim, o nome social, a cortina divisória de leitos ou biombo sanfonado móvel, devem ser mantidos para estabelecer a privacidade, conforto e respeito, seja dos dados pessoais e necessidades básicas deste cliente ou procedimentos a serem realizados com o mesmo.

O Ministério da Saúde (2018) refere que a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a transexualidade da lista de doença ou distúrbios mentais, a CID-11 conhecida como "transtorno de identidade de gênero". A retirada da CID tem o intuito de bloquear os laudos psicológicos e psiquiátricos, onde ligavam a transexualidade a um transtorno mental.

Conforme o Ministério da Saúde (2018) agora, a transexualidade continua na CID como "incongruência de gênero", sem adição de algum tipo de transtorno mental, ou adição patológica, e sim, de modo que a população transexual tenha maior visibilidade e assistência por simplesmente estar dentro da CID, e como consequência positiva, ter acesso a uma rede de apoio mais especializada, sem restrições, a caminho de um atendimento banido de preconceitos e discriminação, fornecendo a liberdade de alcançar seus objetivos da maneira mais saudável.

Antes de adentrar o universo trans, é necessário esclarecer alguns pontos relevantes. A compreensão do que é gênero, orientação sexual, identidade sexual e cisgênero precisam ser reforçadas e esclarecidas para que se elabore uma visão mais abrangente dos termos e de como eles são maleáveis, não no sentido de "indecisão" ou de "confusão identitária", mas no que se refere a abrangência e multiplicidade de vivenciar a sexualidade humana. (MELO; SOBREIRA, 2018, p. 11)

- **A enfermagem frente à diversidade transexual**

A enfermagem é a profissão que tem como função o ato de cuidar da saúde de toda população, de modo que, o cuidado não seja focado somente na doença, mas no indivíduo como um todo, e precisa ser exercida com um olhar holístico, atento a todas suas necessidades e particularidades, sejam elas básicas ou de níveis avançados, praticando o respeito e o acolhimento, sem quaisquer modos de rejeição e situações de constrangimento.

Vale ressaltar que, os profissionais de saúde precisam realizar os atendimentos a saúde compreendendo o quão significativo e importante são seus cuidados ofertados na vida destes indivíduos, e como indispensável se faz uma assistência especializada e individual, com o intuito de intensificar positivamente a saúde e a vida destes.

Segundo Rosa *et al.* (2019) diz que, em função desta falta de conhecimento e saberes sobre abordagens e cuidados a ser ofertada pela enfermagem e toda equipe complementar, a população transexual apresenta grande aborrecimento e insatisfação aos serviços de saúde, pela infelicidade de não receberem um atendimento qualificado e responsável, conseqüentemente, acabam por procurar as unidades de saúde em casos de extrema necessidade.

De acordo com Soares (2018), a falta de procura da população transexual aos serviços de saúde, em sua grande maioria, ocorre pela falta de conhecimento e acolhimento dos profissionais de saúde, onde exacerbam situações e atos de preconceito e intolerância ao estilo de vida do indivíduo, sendo que, certamente, o profissional em questão deve estar apto e inerente a quaisquer atos que possam prejudicar a vida de quaisquer pessoas; deve-se, portanto, despir-se de todo olhar antiprofissional e antiético, e considerar cada um e suas particularidades.

Foi possível registrar diversos avanços relacionados aos direitos humanos da população transexual, reconhecendo de maneira mais potencializada a sua existência, suas necessidades e particularidades.

Rosa *et al.* (2019), o cuidado em saúde, dispõe de grandes exigências voltadas para a enfermagem, reivindicando ações e práticas, demandando maior conhecimento sobre a assistência que deve ser desenvolvida e fornecida aos transexuais.

De acordo com Soares (2018), a população transexual necessita de Políticas Públicas que façam valer suas expectativas, sua proteção e direitos humanos, visto que, sofrem repressões incansáveis, executados por membros na sociedade, resultando em uma exclusão social. Eles precisam da garantia de

dias tranquilos, de segurança e qualidade de vida para que possam viver suas vidas de maneira livre e eficaz.

Soares (2018) reforça que, a falta do acesso a um acolhimento e atendimento responsável, com respeito e inerente de preconceitos dentro dos serviços de saúde, é capaz de gerar maiores problemas de saúde na vida do indivíduo, que ao procurar as unidades de saúde para uma possível recepção de segurança e conforto, encontra-se em uma situação vulnerável e desagradável, e com isso, há uma contribuição negativa e importante em função da prevenção, diagnóstico e tratamento de diversas doenças e problemas que poderiam ser facilmente evitados.

Sendo assim, a enfermagem consideravelmente é uma potência, e claramente reconhecida e vista por todos, sendo que em sua grande maioria, os cuidados de enfermagem são primordiais, do início ao final do atendimento; e raramente o indivíduo atendido saberá distinguir os profissionais que ocupam as unidades de saúde. Portanto, todo cuidado realizado deve ser procedido com o máximo de redução de danos possível, e a caminho de um cuidado satisfatório e concluído com sucesso.

Gomes *et al.* (2021) diz que; é necessário o processo de conhecimento sobre a transexualidade, pois assim, é possível reduzir os problemas e dificuldades expressadas pelo indivíduo, e conseqüentemente a formação de um laço e afeto entre o profissional e o usuário, reproduzindo um reconhecimento e espaço que deve e precisa ser ocupado pela população transexual, onde obviamente precisam se sentir inclusos, respeitados e respaldados pelos seus direitos sociais.

Logo, há uma necessidade na criação de ações que, visem fornecer ou aumentar o conhecimento e embasamento científico dos profissionais de saúde sobre a população transexual, seja em âmbito escolar de ensinos técnicos e superiores, e também em unidades de saúde.

Toda promoção de aprendizado sobre a diversidade será revertida em resultados significativos de modo positivo na vida destes usuários, e como consequência teremos, uma equipe mais preparada e eficiente podendo conseqüentemente haver uma diminuição na discriminação, preconceito e rejeição.

Sendo assim Silva *et al.* (2017) afirmam que é de suma importância à qualificação destes profissionais, deixando-os mais conscientes e envolvidos com a diversidade. E como efeito deste processo, as empresas são agraciadas com profissionais de saúde mais capacitados para o atendimento especializado ao público transexual.

De acordo com Brasil (2014), a educação Permanente em Saúde (EPS) é uma junção de ações que visam trabalhar de maneira educativa em cima dos problemas expostos na área da saúde, sendo possível delimitar as dificuldades e necessidades da organização, e caminhar em prol de um fornecimento enriquecido de estratégias que facilitam o cuidado e o acesso em saúde.

Silva (2017), refere que a educação permanente pode ser usada para a promoção de uma saúde mais educativa na vida dos profissionais de saúde, com a utilização de temas sobre diversidade, gênero, nome social, cuidados em saúde transexual, preconceito, e qualquer temática que aborde e englobe a devida população. Todo contexto e ações devem ser promovidos aos profissionais que compõem a área da saúde, independente do cargo exercido, sejam médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, fisioterapeuta, dentista, e demais funções. E, portanto, cabe a estes fornecedores de cuidados, a exclusão de ações e atos de preconceito, que em alguns casos são atribuídos por falta de conhecimento sobre a temática.

Santos, Silva e Ferreira (2019) complementam que, é importante reconhecer que existem vários grupos sociais, sendo que, os grupos que se encaixam e compõe a população LGBTIQIA+, é portanto de grande precisão o reconhecimento de suas necessidades. E os profissionais de saúde estão inteiramente inclusos no exercício deste reconhecimento existencial da diversidade; é necessário realizar toda uma análise frente às dificuldades expostas e trazidas por estes indivíduos aos profissionais de enfermagem, contudo, e conclusivamente estes profissionais de saúde precisam ser inteiramente entregues ao ato de cuidar, identificando cada pessoa e suas particularidades.

Vale ressaltar que é extremamente importante que a atenção à saúde de mulheres e homens transexuais, aconteça de modo integral e com um olhar holístico, observando as necessidades como um todo e não de maneira fragmentada. Deve-se obter um suporte especializado, com treinamentos específicos aos cuidados voltados para população transexual, caminhando para a redução de atendimentos mal elaborados e não específicos. Os profissionais precisam estar aptos para o atendimento desta população, realizando uma assistência de qualidade, envolvida e integrada, assim, como são feitos aos demais grupos sociais.

Como uma potência e importância ao ato de cuidar de seres humanos, os saberes e conhecimentos devem ser frequentes na vida de cada profissional de enfermagem, que tem como dever realizar o cultivo do reconhecimento sobre cada grupo populacional, e exercer seu papel em cuidado praticando a equidade e entregando a cada um; aquilo que precisa para uma vida justa em prol da garantia do seu bem-estar.

A enfermagem é a arte de cuidar de cada indivíduo em todos os seus momentos, do início ao final da vida, auxiliando em toda prevenção, reabilitação e recuperação; e tem como obrigação estar qualificada de maneira responsável para todo e qualquer cuidado a ser realizado. Acaso não disponha de conhecimentos sobre variados temas, e tenha a ausência da ciência e aprendizado, a educação contínua e a abolição de práticas de rejeição, discriminação e preconceito, são as chaves para um futuro em saúde da população de modo mais justo, satisfatório e eficaz; e, mesmo que possua conhecimentos variados, o aprendizado deve ser praticado constantemente para o enriquecimento de sua sabedoria e sapiência.

Ou seja, o desafio das pessoas de uma equipe de saúde vai para muito além da superação de preconceitos e discriminações contra a população LGBT. Atravessa, antes de qualquer coisa, o seu reconhecimento como humano, sujeito de direitos, com demandas específicas e necessidade de serviços de saúde que só ele pode dizer, mas que só dirá, se for acolhido no serviço de saúde. (PAULINO; RASERA; TEIXEIRA, 2019, p. 12)

- **A importância da diversidade populacional**

O mundo vive em constante mudança, há diversidade e inúmeros fatores que não eram vistos ou simplesmente ignorados pela sociedade, em dias atuais por garantia de leis que amparam o ser humano, pela luta, insistência e resistência de muitas pessoas que, sofreram as represarias e sofrimentos de um passado não tão distante, os assuntos e questões que não eram notados, atualmente são considerados uma prioridade de nível emergente.

A diversidade baseia-se naquilo que é diverso e variado, e isso se trata da diferença de culturas, crenças, etnia, orientação sexual, identidade de gênero e muitos outros aspectos que diferenciam um ser humano do outro, o que de fato é necessário para que se tenha uma sociedade ampla e não idêntica. Toda diversidade precisa ser respeitada, e ao se tratar de respeito, encontra-se um conflito social, visto que, muitos sujeitos se incomodam e não compreendem aquilo que é considerado fora dos padrões impostos pela sociedade.

A sociedade está acostumada aos padrões impostos por ela mesma, e embora os profissionais de saúde tenham como obrigação deixar as suas relações pessoais fora do cuidado profissional, ainda assim, são realizados atendimentos assistenciais de modo incorreto, e isso reflete de maneira negativa na vida e saúde da população LGBTQIA+.

Diante desta realidade, é importante destacar que, por trás de cada pessoa, existe uma linha de história, uma família, amores, dores, medos e diversos fatores que o fazem ser quem é de maneira única, e cada passo e singularidade deve ser respeitado, perante todos os assuntos, cada indivíduo tem uma

diferente opinião se comparada à de outro, e por mais que não haja concordância ou entendimento sobre variados temas, acima de tudo, o respeito deve ser praticado.

Segundo Schraiber (2012), será na liberdade de espaço para a diversidade, assim como feito a homens e mulheres cisgênero, que os profissionais de saúde serão capazes de identificar quais problemas e necessidades são enfrentadas pela população transexual ao adentrar um sistema de saúde, e como o farão para sanar ou reduzir os danos apresentados.

Infelizmente, a população transexual enfrenta grandes dificuldades em situações consideravelmente comuns e básicas no dia a dia, que não são sofridas se comparadas a outros grupos sociais que são vistos como normativos; e pela ignorância desses grupos socialmente maiores e vistos como absolutos, a diversidade transexual permanece como um grupo menor ou mais escondido por medo das injustiças e de sofrerem as represarias.

É cada vez mais evidente a crescente organização e a visibilidade na luta pelos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Ao mesmo tempo, contraditoriamente, as expressões de preconceito, discriminação e violência contra esta população ainda são alarmantes, reforçadas por discursos de setores conservadores da sociedade. (FERNANDES, 2021, p. 1)

Os transexuais parecem estar vinculados a inúmeras circunstâncias precárias, em virtude do apagamento, preconceito, rejeição e violências físicas e emocionais expressos e realizados por diversas pessoas.

É deplorável, mas situações de desemprego; abandono familiar; prostituição; falta de atendimento adequado e qualificado em unidades de saúde, tentativas de suicídio e demais questões de sobrevivência são, lamentavelmente e, inteiramente ou parcialmente sofridos pela população transexual. (SOARES, 2018)

Gomes *et al.* (2021), refere que cada indivíduo contém objetivos de vida, e o intuito é de que sejam alcançados; mas por culpa de sujeitos que realizam a adoção de atos antipáticos, de preconceito, desamor e injúria, a população transexual se sente vulnerável, bloqueada e incapaz de viver e alcançar seus propósitos de vida. Se houvesse respeito e reconhecimento de que a diversidade é existente na sociedade, a autorrealização de si seria mais facilmente alcançada.

Segundo Serra (2020), as questões em saúde; família; moradia; emprego; sociedade e muitos outros fatores são situações de fragilidade ao se tratar desta população de modo impactante.

Com o conhecimento da diversidade de gênero e a aplicação das normas e políticas existentes, as instituições públicas e privadas de atendimento podem reduzir o efeito negativo do despreparo dos serviços e profissionais de saúde para lidar com pessoas trans. No contexto geral, a construção de uma sociedade mais inclusiva [...] e que respeite todos os modos de vida deve ser baseada em leis e políticas públicas, mas a plena realização de tais objetivos só será alcançada quando a diversidade da existência humana não precisar ser afirmado e protegido pelo Estado, mas é um compromisso de todas as pessoas que compõem a nação. (ROSA *et al.* 2019)

A diversidade é de suma importância dentro de uma nação; para que se aumente a interação social. A busca sobre o conhecimento de diversos povos, a ciência e conceitos dos quais alguns sujeitos não compreendem, é, portanto, a chave para o acesso de um mundo repleto de variantes, e isso fornece a inovação e perspectiva de vida sobre o que é diverso.

Malheiros *et al.* (2020) ressalta que, a inclusão social da diversidade é um cenário que atua de modo significativo contra a exclusão daquilo que é considerado diferente e variado, posto isso, ações educativas, ensinamentos mais robustos sobre a temática e adoção do acolhimento diverso, pode-se trazer melhores relações entre os grupos sociais existentes.

Serra *et al.* (2020) sugere que, sejam feitos estudos aprofundados acerca das dificuldades expressadas pelos grupos diversificados que habitam a humanidade, e que, seja realizada de maneira sistemática, para contribuição de uma educação mais inteligente e menos excludente da população.

De acordo com Camargo (2017), A inclusão social é de fato uma vantagem para todo meio de sociedade, de maneira simbólica, e, os grupos excludentes acabam recebendo maior visibilidade e valorização, favorecendo a relação populacional, e para que essa relação ocorra de modo positivo a população precisa estar envolvida com as questões que não favorecem apenas suas vidas e particularidades pessoais.

"[...] Somos hoje, quer queiramos ou não, obrigados a ver o outro, o diferente, não somente na sua diferença, mas principalmente, reivindicando o direito à sua diferença e ao mesmo tempo a igualdade de direitos, aos direitos humanos"(GOMES, 2017, p. 9).

A população transexual e todos aqueles que ocupam seus lugares na diversidade, precisam da adesão de suas representatividades, pois assim será expresso a sua importância, assim como as demais apresentadas em sociedade. Com essas medidas, a probabilidade e chances de uma vida digna em contextos básicos ou avançados relacionados ao acolhimento familiar, moradia segura, acesso qualificado a serviços de saúde e educação dentre muitos outros, são mais facilmente alcançados por estes indivíduos. Com a representatividade há uma importante possibilidade do crescimento e encorajamento de mais pessoas lutarem pelos seus direitos.

Considerações Finais

O conteúdo apresentado revelou a importância da conscientização e inclusão de pessoas transexuais na sociedade, e em especial, a significância da assistência de enfermagem ofertada a esta população, e o quão efetivo são os resultados após um cuidado qualificado do profissional para o indivíduo em questão. Sendo imprescindível que a enfermagem demonstre completa aptidão e qualificação ao realizar o atendimento desta população, realizando a construção de um cuidado integral, holístico e o fortalecimento do vínculo entre o profissional de saúde e os dependentes destes serviços.

Através de todo exposto, compreende-se que; os assuntos relacionados aos transexuais são complexos e com diversas vertentes, e para que seus direitos sejam bem sucedidos, a sociedade precisa estar aberta a diversidade. Não seria ideal que a população transexual convivesse e estudasse apenas seu modo de vida, sendo assim, com os demais grupos existentes no mundo, não deve ser diferente. A capacidade de conviver com as diferenças de cada ser humano independente de suas características e modo de vida, são, portanto, uma virtude.

A marginalização social vivenciada por esta população é um descaso e um cenário que deve ser mudado. Os resultados deste estudo demonstram a relevância de um cuidado a ser prestado a quaisquer indivíduos, independentemente da sua cor; sexo designado ao nascimento; identidade de gênero; orientação sexual; religião; cultura; etnia e dentre muitos outros aspectos que o fazem ser insubstituível por ser único, mesmo que pertença a um determinado grupo com ideologias e ideais correspondentes e semelhantes. A enfermagem tem como dever estar preparada para todo e qualquer tipo de atendimento, e mesmo que, não esteja qualificada inteiramente, existem maneiras de atribuir e enriquecer seus conhecimentos.

É notória a necessidade da busca por capacitações e medidas para o aprimoramento da assistência a ser realizada a estes indivíduos, assim como são realizados estudos e a qualificação de temas como a saúde da criança; do adolescente; do adulto e do idoso, a saúde do transexual tem como grande prioridade ser ofertada em unidades de ensino e aprendizagem ou em campo de cuidados em saúde, para o oferecimento de conhecimentos específicos e a promoção da equidade, dando a cada um, àquilo que precisa para ser completo e capaz de viver uma vida eficaz, satisfatória e mais justa possível.

Considerando o valor deste estudo realizado, espera-se o crescente interesse dos profissionais de enfermagem em prol das necessidades enfrentadas pela população transexual, despertando o desejo pelo aprendizado e ciência dos fatores desconhecidos e certamente o enriquecimento dos saberes previamente adquirido, a educação permanente é um caminho interessante a ser realizado, com a produção de conhecimentos diários, com a construção de um cuidado de qualidade, inerente da falta de ciência,

aliando-se, portanto ao aperfeiçoamento de um cuidado profissional essencial e indispensável, fortalecendo o laço entre profissional e paciente e minimizando os traumas já vivenciados e cessando a possibilidade de desconfortos e danos futuros.

Referências

ALMEIDA, Nemésio Dario. A saúde no Brasil, impasses e desafios enfrentados pelo Sistema único de Saúde — SUS. Pernambuco: Revista Psicologia e Saúde, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpsaude/v5n1/v5n1_a02.pdf Acesso em: 25 de ago. de 2022.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria n^o 2.803, de 19 de novembro de 2013 —Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2013 Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html Acesso em: 12 de set. de 2022.

BRASIL, Ministério da Saúde. OMS retira a transexualidade da lista de doenças e distúrbios mentais. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <https://wvm.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/junho/organizacao-mundial-dasaude-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-e-disturbios-mentais> Acesso em: 10 de set. de 2022.

BRASIL Ministério da Saúde. Educação Permanente em Saúde. Brasília DF:Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/folder/educacao_permanente_saude.pdf Acesso em: 05 de out. de 2022.

BRASIL: Ministério da Saúde, 2021 Disponível em: <https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2021/04/Protocolo-de-Acolhimento-daDiversidade.pdf> Acesso em: 11 de out. de 2022.

BEZERRA, Marcos Vinícius da Rocha; MORENO, Camila Amaral; PRADO, Níli Maria de Brito Lima; SANTOS, Adriano Maia dos Santos. Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva. Rio de Janeiro: SAÚDE DEBATE, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/DkZJz3V4kfLczm7Qbvpr3Xh/?format=pdf&lanq=pt> Acesso em: 28 de ago. de 2022.

CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlases e desenlases. São Paulo: Ciência & Educação (Bauru), v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017, Disponível em: <https://www.scielo.br/Wciedu/a/HN3hD6w466F9LdcZqHhMmVq/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 16 de out. de 2022.

CIASCA, Saulo Vito; HERCOWITZ, Andrea; JUNIOR Ademir Lopes. Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar. São Paulo: Manole, 2021. Disponível em: <https://Mntegrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555764857/> Acesso em: 12 de abr. de 2022.

Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Brasília: 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013. Disponível em

https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.Edf. Acesso em: 11 de abr. de 2022.

FERNANDES, Alexandre Araripe. Acolhimento e Fluxo de Atendimento à Diversidade.

GOMES, Nilma Lino. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A DIVERSIDADE. Belo Horizonte: Supere Aude, 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/P.2177-6342.2017v8n15p7/12023>. Acesso em: 23 de abr. de 2022.

GOMES, Denildo de Freitas; TEIXEIRA, Rangel Enéas; SAUTHIER, Marta; GAIA, Alyson Gomes. Desafios éticos nas relações entre enfermeiro e transexuais na Atenção Primária de Saúde. Rio de Janeiro: Research, Society and Development, v.10, n. 1, e57210112110, 2021 Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12110/10876> Acesso em: 02 de out. de 2022.

MATTOS, Amana Rocha; CIDADE, Maria Luiza Rovaris. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. Salvador: Periódicus, 2016. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/9de6/248a7f580a4f995d09d763a8790e47e60b74.pdf>. Acesso em: 23 de ago. de 2022

MALHEIROS, Michel Barboza; ANKLAM, Aline; BARCELLOS, Jaine; CARDOSO, Mariana Netto; SILVA, Tamires Silva da. Diversidade e inclusão social: estudo de caso em filial de uma rede de farmácia. Teresópolis: Revista Unifeso — Humanas e Sociais v. 6, n. 6, PP.38-52, 2020, Disponível em: <https://www.unifeso.edu.br/revista/index.php/revistaunifesohumanasesociais/article/view/2092/919>. Acesso em: 18 de out. de 2022.

MELO, Talita Graziela Reis; SOBREIRA, Maura Vanessa Silva, Identidade de Gênero e orientação sexual: perspectivas literárias. João Pessoa, v. 18, n^o 3, 2447-2131, 2018. Disponível em: <https://temasemsaude.com/wp-content/uploads/2018/09/18321.pdf> Acesso em: 12 de set. de 2022

PAULINO, Danilo Borges; RASERA, Fernando Emerson; TEIXEIRA, Flavia do Bonsucesso. Discursos sobre o cuidado em saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (LGBT) entre médicas (os) da Estratégia Saúde da Família. São Paulo: Interface — comunicação, saúde e educação, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/TJficse/a/CPqMgWmZnfwqjrRT5PZbbp/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 16 de abr. 2022.

RABELO, Maria Eduarda Fajardo Correia; CONSERVA, Suellen Karine do Nascimento. A TRANSFOBIA ATRAVÉS DA ANÁLISE DO FILME "UMA MULHER FANTÁSTICA". Recife: Trabalho de conclusão de curso, 2020. Disponível em: TRANSFOBIA ATRAVÉS DA ANÁLISE DE "A MULHER FANTÁSTICA" (Correção) (fps.edu.br). Acesso em 22 de set. de 2022.

REGINO, Fabiane Alves; SILVA, Felipe de Albuquerque. O Processo Transexualizador e a Produção do Cuidado: um olhar sobre o cotidiano dos serviços de saúde da cidade do Recife/PE. Recife: Oikos: Família e Sociedade em Debate, v.33, n^o 1, p, 1-24, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/12277/7350> Acesso em: 02 de set. de 2022.

ROCON, Pablo Cardozo; SODRÉ, Francis; RODRIGUES, Alexsandro; BARROS, Maria Elizabeth Barros; WANDEKOKEN, Kallen Dettmann. Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o

processo transexualizador do Sistema único de Saúde. São Paulo: Interface — comunicação, saúde, educação, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/Wcse/a/KfsPjJt3kBvPky8CVcSy5wL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 de set. de 2022.

ROSA, Danilo Fagundes. et al. Assistência de enfermagem à população transgênero: gêneros na perspectiva da prática profissional. Brasília: Associação Brasileira de Enfermagem, 2019. Disponível em: <https://wwwv-scielo.br.translate.google.com/j/reben/a/J8GsdDH6ZKb96b8DfdXQfbF/?lang=en&xtrsl=en&xtrtl=pt&xtrhl=pt-BR&xtrpto=sc>. Acesso em: 13 de abr. de 2022.

SALUM, Maria Eduarda Grams. Gestão do Cuidado à Pessoa Trans na Atenção Primária à Saúde. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina — Centro de Ciências da Saúde, 2018. Disponível em: TCC Maria Eduarda Grams Salum.pdf (ufsc.br). Acesso em: 08 de abr. de 2022.

SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde. São Paulo: Interface — comunicação, saúde e educação, 2012. Disponível em: <https://wwwv.scielo.br/TJficse/a/NRwDDXgnRXHQPdLXCmhvjMv/?lang=pt>. Acesso em: 08 de abr. de 2022.

SANTOS, Juliana Spinula dos; SILVA, Rodrigo Nogueira da; FERREIRA, Márcia de Assunção. Saúde da população LGBTI+ na Atenção Primária à Saúde e a inserção da Enfermagem. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, escola de Enfermagem Anna Nery, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/Wean/a/dzYKMcYv3MTJN3ZXVRN75Kg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 de out. de 2022.

SCHRAIBER, Lilia Blima. Necessidades de saúde, políticas públicas e gênero: a perspectiva das práticas profissionais. Rio de Janeiro: ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/4XR7WkLrqzdH7gSypV9Gymg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 de abr. de 2022.

SERRA, Isadora Oliveira; JOCA, Terezinha Teixeira; OLIVEIRA, Ana Rebeca Medeiros Nunes de; MUNGUBA, Marilene Calderaro. A pessoa com deficiência e os entrelaces com as questões de gênero e de sexualidade. Fortaleza: Research, Society and Development, v.9, n. 8, e728986157, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/6157/5896>. Acesso em: 10 de out. de 2022.

SENA, Ariane; SOUSA, Giovana; BRITO, Matheus. Entendendo a diversidade sexual. Salvador: ESDEP Editorial, 2018. Disponível em: <https://www.defensoria.ba.def.br/wp-content/uploads/2019/01/cartilha-diversidadeseaxual.pdf>. Acesso em: 04 de set. de 2022.

SILVA, Lívia Karoline Moraes da; SILVA, Ana Luzia Medeiros Araújo da; COELHO Ardigleusa Alves; MARTINIANO Claudia Santos. Uso do nome social no Sistema único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. Rio de Janeiro: Revista de Saúde Coletiva, 2017. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/physis/2017.v27n3/835-846/pt>. Acesso em: 09 de set. de 2022.

SOARES, Luciano Silveira. Cuidado em saúde e transfobia: percepções de travestis e transexuais de duas regiões do rio de Janeiro: Maré e Cidade de Deus, sobre os serviços de saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ Fundação Oswaldo Cruz, Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/27920/ve_ENSP2018.pdf?sequence=2. Acesso em: 12 de out. de 2022.

STIJRZA, Janaína Machado; SCHORR, Janaína Soares. Transexualidade e os direitos humanos: tutela jurídica ao direito à identidade. Rio Grande do Sul: v,15, n.1, p. 265-283, 2015. Disponível em:<https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/410112591>. Acesso em: 24 de ago. de 2022.